

PRAZO DE VOTAÇÃO
Contagem Regressiva
Faltam 25 dias

71x3: aprovada Justiça Agrária

Sistematização também amplia para 27 o número de membros do TRT

Deputadas se unem para mudar regime

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, por 71 votos a três, a implantação da Justiça Agrária no País, que se dará com a designação, pelo Tribunal de Justiça, de juizes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias, em todos os municípios. Ao defender a emenda de sua autoria, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) mostrou a importância de se tratar, a nível estadual, os conflitos resultantes das questões agrárias sem que para isso seja criada uma nova estrutura judiciária.

ra do Conselho Nacional de Justiça para fiscalizar as atividades administrativas e o desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário. O deputado considera uma humilhação este Poder ter que se submeter a uma fiscalização externa, porque os integrantes do Conselho serão indicados pelo Congresso Nacional, Ministério Público e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além do próprio Judiciário.

Para defender o atual texto, falou contra a emenda de Adolpho Oliveira, o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP). afirmou que o que está por trás de todo esse processo da Assembleia Nacional Constituinte é a criação de um Estado Democrático, onde todos os poderes devem prestar contas ao povo, inclusive o Judiciário. Ele lembrou que a fiscalização não se dá a nível de decisão ou desempenho do juiz. "Mas todos têm o direito de acompanhar o funcionamento da organização do Judiciário, que deve estar no controle da população", disse.

Não se trata de encaminhar a reforma agrária através dos Tribunais de Justiça estaduais, explicou o deputado. A emenda prevê que em casos de conflitos judiciais decorrentes dos problemas agrários, a Justiça comum irá indicar um juiz para tratar especificamente deles. Falando pela relatoria, o senador José Fogaça recomendou a aprovação da emenda: "ela é a possibilidade concreta de agilização da Justiça na questão do direito agrário".

JUSTIÇA DO TRABALHO

A sessão de ontem aprovou também, por 75 votos a três, a ampliação dos membros do Tribunal Superior do Trabalho, de 23 para 27. A emenda do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) teve parecer favorável da relatoria da Sistematização pela qual falou o deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ).

A emenda, que foi prejudicada pela falta de quórum — 46 votos sim, 40 votos não e quatro abstenções — foi criticada também pelo deputado Nélson Jobim (PMDB-RS). Ele ponderou que o juiz decide somente pela sua consciência e pela lei, mas o que se pretende é que a organização do Judiciário se submeta à fiscalização. O deputado gaúcho entende que a atividade organizacional e financeira do Poder Judiciário devem ser apreciadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Defendendo sua emenda, Egídio explicou que a ampliação no número dos membros do TST visa uma maior agilização e eficiência nos trabalhos internos daquele Tribunal, o que é do interesse dos trabalhadores e empregadores. Pela nova composição, haverá uma distribuição de cinco turmas integradas ou cinco membros, que analisam as causas trabalhistas. Os outros dois membros restantes ocuparão a Presidência e a Corregedoria.

Outra emenda, de autoria do deputado Gastone Righi (PTB-SP), foi prejudicada pela falta de quórum. Estabelecia que os trabalhadores avulsos também teriam seus dissídios julgados pela Justiça do Trabalho. Pretendia o deputado incluir no texto constitucional dispositivo que garantisse a diversas categorias profissionais — como carregadores, ensacadores e vigias — reivindicarem seus direitos junto aos seus tomadores de serviços, na Justiça Trabalhista. O resultado final foi: 45 votos não, 34 votos sim e uma abstenção.

Entre as propostas não aproveitadas ontem pela Sistematização, uma causou mais polémica. O relator adjunto, Adolpho Oliveira apresentou emenda suprimindo integralmente o artigo 144 que cria a figura

GIVALDO BARBOSA



Líderes do PMDB e do PDS negociam na Sistematização a votação do capítulo que trata do Judiciário

EMENDA ROBERTO FREIRE

Implantação da Justiça Agrária

SIM



PMDB
Ademir Andrade
Aluizio Campos
Antônio Brito
Artur da Távola
Bernardo Cabral
Celso Dourado
Cristina Tavares
Egídio Ferreira Lima
Francisco Pinto
Haroldo Sabóia
Ibsen Pinheiro
José Fogaça
José Paulo Bisol
José Richa
José Ulysses de Oliveira
Nelson Carneiro
Nelson Jobim
Nilton Friedrich
Nilson Gibson
Oswaldo Lima Filho
Paulo Ramos
Raimundo Bezerra

Rodrigues Palma
Sigmaringa Setxas
Virgildásio de Senna
Wilson Martins
Antônio Mariz
Euclides Scalco
Israel Pinheiro
João Agripino
Jorge Hage
José Carlos Grecco
José Costa
José Tavares
Michel Temer
Miro Teixeira
Octávio Elísio
Uldurico Pinto
Vicente Bogo
Wilson Souza
PFL
Aloysio Chaves
Arnaldo Prieto
Cristóvão Chiaradia
Francisco Benjamim
Inocêncio Oliveira
José Lins
Mário Assad
Oscar Correa
Jofran Frejat
Jonas Pinheiro
Paes Landim
Simão Sessim
Walmir Campelo
PDS
Antônio Carlos Konder Reis
Darcy Pozza
Jarbas Passarinho
Adyson Motta
Bonifácio de Andrada
PDT
José Maurício
Lysâneas Maciel
Luiz Salomão
PTB
Francisco Rossi

Gastoni Righi
Joaquim Bevilacqua
PT
Luiz Inácio Lula da Silva
Plínio Arruda Sampaio
PL
Adolpho Oliveira
PDC
Siqueira Campos
PC do B
Aldo Arantes
PCB
Roberto Freire
PSB
Beth Azize

NÃO



PMDB
José Inácio Ferreira
Manoel Moreira
PFL
Luiz Eduardo
ABSTENÇÃO
PFL
Eraldo Tinoco

"Bancada Feminina na Constituinte Apóia Parlamentarismo". Com esse título está rodando no Congresso um documento que até ontem à tarde já estava assinado por onze das 25 mulheres que integram a bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte. Desde o início dos trabalhos, as mulheres vinham mantendo uma atuação quase uniforme, principalmente nos temas relacionados aos direitos das mulheres, dos trabalhadores, das minorias. As questões de caráter político-ideológico ou partidário vinham sendo colocadas intencionalmente à parte, para não provocar divisões. Agora, sentindo que o momento era de somar forças para garantir o regime parlamentarista, elas resolveram lançar o abaixo-assinado e entrar no debate.

"Nós não fugiremos a esta responsabilidade de contribuir para a edificação do novo, e entramos no debate com a firme disposição de envidar nossos esforços para garantir a vitória do sistema parlamentar de governo da nova Constituição", afirmam as deputadas, ressaltando, contudo, que o parlamentarismo que advogam não pode nascer maculado de imperfeições casuísticas: "Há de se assegurar ao Parlamento o direito de aprovar ou derrubar, com o voto de censura, o gabinete ministerial ao mesmo tempo que se deve também garantir ao presidente o direito de dissolução do Parlamento".

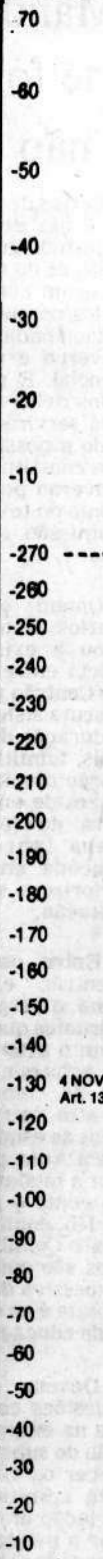
Segundo elas, o parlamentarismo é o sistema de governo que melhor se adapta "a um País que clama por liberdade" por três motivos: por ser mais permeável à participação do povo, por garantir uma verdadeira independência e autonomia dos Poderes e por se alicerçar no poder de representação popular.

Em contrapartida, o sistema presidencialista é lembrado pelas deputadas por sua herança de 54 anos de ditaduras e 44 anos de poder civil tutelado pelos militares — "cópia malfeita do sistema norte-americano". Para as deputadas parlamentaristas, o presidencialismo mostrou sua "ineficiência e sua esclerose para os tempos modernos do Brasil de hoje", além de ter se exaurido, exigindo a adoção de "um sistema que significa avanços rumo à plena democratização da sociedade brasileira, que consolide a estabilidade democrática duramente conquistada".

Até ontem à tarde, o documento estava assinado pelas deputadas Lídice da Matta (PC do B/BA), Ana Maria Rattes (PMDB/RJ), Abigail Feitosa (PMDB/BA), Moema São Thiago (PDT/CE), Raquel Capiberibe (PMDB/AP), Bety Azize (PAM Cristina Tavares (PMDB/PE), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF), Dirce Tutu Quadros (PTB/SP) e Rose de Freitas (PMDB/ES).

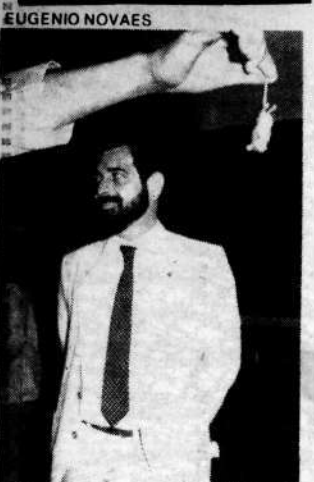
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGOS VOTADOS



4 NOV Art. 134

ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE



Sá, rápido, liquidou rato

Deputado mata rato que agitou plenário

"Balão de gato", "cobra engolindo cobra" e outras expressões do gênero são comumente usadas para definir as reuniões da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a partir de ontem à tarde esse folclórico vocabulário político brasileiro foi enriquecido. Não com mais uma simples denominação, porém com um personagem bastante sugestivo aos anedotários:

"o rato do plenário". "Olha o rato!", gritou um parlamentar. E, ainda que se diga que são as mulheres que têm medo de rato, não ficou um só constituinte tranqüilamente sentado nas proximidades. Mas o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que outro dia subiu à tribuna com um enorme abacaxi, agiu tão rápido quanto um gato, matando o "terrorista" com uma só pisada.

Comissão intensifica votação

A partir de hoje todo o esforço da Constituinte vai estar concentrado na Comissão de Sistematização, que vai ter reuniões pela manhã e à tarde durante todos os dias, inclusive aos domingos. As sessões da Constituinte estão suspensas até o término dos trabalhos da Sistematização, que será antecipado em dez dias. O novo calendário foi anunciado ontem no plenário pelo presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Pelo cronograma que deveria entrar em vigor a partir de ontem, não havia sessão ou reunião aos domingos e estavam previstas votações paralelas no plenário da Constituinte às quartas e quintas-feiras. A mudança de cronograma foi decidida antontem entre Ulysses Guimarães, os líderes do PMDB, o presidente e o relator da Comissão de Sistematização. Foi uma forma de esvaziar a manobra do Centrão de mudar o Regimento Interno para apresentar emendas globais que tivessem preferência para votação.

ESFRIOU CENTRÃO

"O Ulysses mais uma vez deu a volta por cima e contornou a crise política que estava surgindo", comentou o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. A explicação é simples. Além de ganhar tempo e esfriar a discussão com a não realização das sessões da Constituinte, a suspensão da votação simultânea da Sistematização e do plenário tira do Centrão um de seus principais argumentos para requerer a mudança de regimento. A votação simultânea é apontada como anti-representativa e o Centrão chegou a cogitar, por cau-

sa disso, de recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Mas apesar de ter caído em cheio sobre a manobra do Centrão, a mudança do cronograma já estava prevista há mais tempo. Ulysses Guimarães nunca foi favorável à votação simultânea da Sistematização e plenário e na verdade, segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tudo

não passou de uma manobra tática de Ulysses.

O presidente da Constituinte teria cedido à votação simultânea exclusivamente devido às pressões dos constituintes, que além de reclamarem maior agilidade dos trabalhos, criticavam a ociosidade dos mais de quatrocentos constituintes que não fazem parte da Sistematização. "Ulysses cedeu para acalmar o plenário, agora voltou

atrás como queria e pelo jeito o plenário engoliu isso", disse Cardoso.

O senador José Richa (PMDB-PR) acredita que, com o esforço concentrado da Sistematização, o trabalho possa ser terminado antes mesmo do dia 20 (a previsão anterior era até o dia 30). Mas muitos constituintes não gostaram da mudança. "Ninguém vai agüentar isso, trabalhar direto, sem um dia de folga", criticava o deputado Gerson Peres (PDS/PA). Um outro parlamentar pefelista não deixou por menos: "Só podia ser decisão do Arinos e do Ulysses, que não aparecem mesmo em todas as sessões e descansam quando querem".

Mas as mudanças não devem parar por aí. Ontem a expectativa era em torno de um acordo entre os esquerdistas e o Centrão, para que possam ser apresentadas emendas em plenário num prazo de quarenta e oito horas após o término da votação na Sistematização. Essas emendas, no entanto, não poderiam ser globais como quer o Centrão. Estaria eliminada a hipótese do "golpe da direita", com mudanças globais, num rolo compressor, e estaria, ao mesmo tempo, atendida a reivindicação de maior participação no plenário.

A proposta tinha ontem o apoio de todos os líderes do PMDB. "Vai esvaziar completamente o Centrão", afirmou Fernando Henrique. Elogios também vieram do PT, na figura do vice-líder José Genoino. "Só podia ser coisa do Ulysses. Vai esfriar qualquer manobra direitista. Depois que o Ulysses começou a tomar aqueles remédios, a cabeça dele anda a 180 por hora", brincou.

OS NOVOS PRAZOS

DATAS	Nº	REUNIÕES TURNOS	MATÉRIAS
05.11 (5ª feira)	02	Manhã e Tarde	TÍTULO IV — Da organização dos Poderes e Sistema de Governo * Concílio hoje, somando 10 reuniões
06.11 (6ª feira)	02	Manhã e tarde	TÍTULO V (4 reuniões) — Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
07.11 (Sábado)	02	Manhã e tarde	TÍTULO VI (6 reuniões) — Da Tributação e do Orçamento
08.11 (Domingo)	02	Manhã e tarde	TÍTULO VII (6 reuniões) — Da Ordem Económica e Financeira
09.11 (2ª feira)	02	Manhã e tarde	TÍTULO VIII (8 reuniões) — Da Ordem Social
10.11 (3ª feira)	02	Manhã e tarde	TÍTULO IX (6 reuniões) — Disposições Transitórias
11.11 (4ª feira)	02	Manhã e tarde	
12.11 (5ª feira)	02	Manhã e tarde	
13.11 (6ª feira)	02	Manhã e tarde	
14.11 (Sábado)	02	Manhã e tarde	
15.11 (Domingo)	02	Manhã e tarde	
16.11 (2ª feira)	02	Manhã e tarde	
17.11 (3ª feira)	02	Manhã e tarde	
18.11 (4ª feira)	02	Manhã e tarde	
19.11 (5ª feira)	02	Manhã e tarde	
20.11 (6ª feira)	02	Manhã e tarde	